



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
Departamento de Direito Privado

Ficha 2 (variável)

Disciplina: Direito Processual do Trabalho						Código: DV 465	
Natureza: (X) Obrigatória () Optativa			() Semestral (X) Anual () Modular				
Pré-requisito: DV 464 - Direito do Trabalho		Co-requisito:		Modalidade: (X) Totalmente Presencial () Totalmente EAD () Parcialmente EAD: _____*CH			
CH Total: 60h CH Semanal: 2h Prática como Componente Curricular (PCC): Atividade Curricular de Extensão (ACE):	Padrão (PD): 50h	Laboratório (LB):	Campo (CP):	Estágio (ES):	Orientada (OR): 10h	Prática Específica (PE):	Estágio de Formação Pedagógica (EFP):
EMENTA							
Princípios do Direito Processo do Trabalho. Características e Competência da Justiça do Trabalho. O Processo de Conhecimento e os respectivos procedimentos. Tutela antecipada e tutelas de urgência no Processo do Trabalho. Os recursos no Processo do Trabalho. A execução e o cumprimento de sentença no Processo do Trabalho. Dissídio coletivo, ação rescisória e outros procedimentos.							
PROGRAMA							
01 — PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO: 1. Noções de Princípios. 2. Específicos do Processo do Trabalho: 3. Princípio Protetorista do Empregado Demandante Economicamente Hipossuficiente.							
02 — CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DO TRABALHO E DA JUSTIÇA DO TRABALHO: 1. Características do Processo do Trabalho: 2.1. Relação com o Processo Civil e Autonomia. 2.2. Terminologia. 2.3. Existência de Dissídios Coletivos e Jurisdição Normativa. 3. Origens Históricas da Justiça do Trabalho. 4. Organização Judiciária. 5. Características Específicas. 6. Processo eletrônico – generalidades.							
03 — COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO: 1. Definição. 2. Regramento Constitucional. 3. Casuística.							
04 — COMPETÊNCIA TERRITORIAL E FUNCIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO: 1. Competência Territorial: 2.1. Regra Geral. 2.2. Viajante. 2.3. Competência internacional. 2.4. Foro de eleição. 3. Competência Funcional: 3.1. Interlocutórias. 3.2. Juízo Cível.							
05 — PARTES: 1. Conceito. 2. Distinções: 2.1. Capacidade de ser parte. 2.2. Legitimidade de parte (ad causam) ativa e passiva. 2.3. Legitimidade ad processum. 2.4. Capacidade Postulatória. 2.5. Assistência judiciária. 3. Substituição Processual.							
06 — PETIÇÃO INICIAL: 1. Previsão Legal. 2. Petição Inicial Verbal. 3. Petição Inicial Escrita 4. Modalidades de Pedido: 4.1. Determinado. 4.2. Genérico. 4.3. Alternativo. 4.4. Sucessivo. 4.5. Cumulativo. 5. Valor da Causa. 6. Inépcia da Petição Inicial. 7. Aditamento à Petição Inicial.							
07 — AUDIÊNCIA: 1. Definição e Generalidades. 2. Presenças. 2.1. Empregado. 2.2. Empregador. 3. Ausências: 3.1. Empregado. 3.2. Empregador. 4. Características da Audiência: 4.1. Concentração. 4.2. Imediatidade do Juízo. 4.3. Irrecorribilidade Autônoma das Decisões Proferidas. 4.4. Continuidade. 5. Conciliação.							
08 — CITAÇÃO. RESPOSTAS DO RÉU. 1. Distribuição. 2. Citação. 3. Citação Postal. 4. Citação por Mandado. 5. Citação por Edital. 6. Contestação. 7. Modalidades. 8. Impugnação ao Valor da Causa. 9. Exceções. 10. Contestação. 11. Reconvenção. 12. Reconhecimento da Procedência do Pedido.							

- 09 — PROVAS. GENERALIDADES: 1. Definição e Generalidades. 2. Princípios: 2.1. Princípio Dispositivo. 2.2. Princípio da Concentração. 2.3. Princípio da Imediação. 2.4. Princípio da Necessidade. 2.5. Princípio do Contraditório. 3. Hierarquia Quanto aos Meios de Prova. 4. Ônus Probatório. 5. Fatos Objeto de Prova: 5.1. Fatos que independem de prova. 5.2. Fatos que são objeto de prova. 5.3. Prova Emprestada. 6. Prova de Direito.
- 10 — PROVAS EM ESPÉCIE I: 1. Depoimento Pessoal: 1.1. Generalidades. 1.2. Procedimento. 1.3. Confissão. 2. Prova Documental: 2.1. Definição. 2.2. Momento de Produção. 2.3. Autenticidade e Impugnação. 2.4. Exibição de Documento.
- 11 — PROVAS EM ESPÉCIE II: 1. Prova Testemunhal: 1.1 Definição. 1.2. Características. 2. Prova Pericial: 2.1 Definição. 2.2. Características.
- 12 — ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO E NULIDADES PROCESSUAIS: 1. Atos Procedimentais Finais. 2. Razões-finais: 3. Nulidades Processuais: 3.1. Definição no Âmbito do Processo do Trabalho. 3.2. Momento. 3.3. Refazimento. 4. Proposta Conciliatória Final.
- 13 — SENTENÇA: 1. Procedimento. 2. Requisitos: 2.1. Classificação: 2.1.1. Requisitos de Retóricos Formais ou de Dicção: 2.1.2. Requisitos Retóricos de Conteúdo: 2.1.3. Requisitos Estruturais: 2.1.4. Requisitos Acessórios. 3. Erros Materiais. 4. Extinção Sem Julgamento de Mérito. 5. Trânsito em Julgado.
- 14 — TUTELAS PROVISÓRIAS. TUTELA ANTECIPADA: 1. Tutelas de urgência previstas no Código de Processo Civil e o Processo do Trabalho. 2. Tutela antecipada e o Processo do Trabalho. 3. Da tutela inibitória e sua aplicação no Processo do Trabalho. 4. Da tutela cautelar e as medidas cautelares no processo do trabalho. 5. Da tutela da evidência.
- 15 — PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: 1. Procedimento Sumaríssimo. 2. Características Gerais. 3. Atos Procedimentais. 4. Meios alternativos de resolução de conflitos. 5. Comissões de Conciliação Prévia – histórico. 6. Mediação e arbitragem no Processo do Trabalho – histórico e crítica. 7. Política Nacional de Conciliação do CNJ. 8. Negociações Coletivas e a Reforma Trabalhista. 9. Acordos individuais e a Reforma Trabalhista.
- 16 — RECURSOS EM GERAL: 1. Pressupostos ou Requisitos para o Exercício do Direito de Recorrer: 1.1. Pressupostos Subjetivos. 1.1.1. Legitimidade. 1.1.2. Interesse. 1.1.3. Capacidade Postulatória. 1.2. Objetivos: 1.2.1. Recorribilidade do Ato: 1.2.2. Adequação 1.2.3. Tempestividade. 1.2.4. Depósito Pecuniário. 1.2.5. Custas.
- 17 — RECURSOS EM ESPÉCIE I: 1. Embargos Declaratórios: 1.1. Cabimento. 1.2. Prazo. 1.3. Efeito infrigente ou modificativo. 1.4. Natureza Jurídica. 1.5. Prequestionamento. 1.6. Competência. 1.7. Embargos Protelatórios. 2. Recurso Ordinário: 2.1. Cabimento. 2.2. Efeito Suspensivo. 2.3. Órgão Ad Quem. 2.4. Recurso Adesivo.
- 18 — RECURSOS EM ESPÉCIE II: 1. Recurso de Revista: 1.1. Definição. 1.2. Admissibilidade: Divergência Jurisprudencial. 1.3. Admissibilidade: transcendência. 1.4 Violação a Literal Dispositivo de Lei. 1.5. Forma de Interposição. 2. Agravo de Instrumento: 2.1. Cabimento. 2.4. Processamento. 3. Recurso Extraordinário.
- 19 — LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA TRABALHISTA: 1. Conceito e natureza jurídica. 2. Espécies. 3. Liquidação por cálculo. 4. Liquidação por arbitramento. 5. Liquidação por artigos (pelo procedimento comum). 6. Liquidação nas ações coletivas, inclusive na substituição processual. 7. Da revelia na liquidação de sentença trabalhista. 8. Da natureza da decisão que decide a liquidação no Processo do Trabalho e a sua impugnabilidade. 9. Liquidação de títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho. 10. A questão da correção monetária dos créditos trabalhistas.
- 20 — DA EXECUÇÃO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO – I: 1. Introdução. 2. Princípios. 3. Natureza jurídica diante do CPC de 2015. 4. A nova sistemática dos títulos executivos. 5. Competência. 6. Legitimidade. 7. Impugnação ou embargos do devedor. 8. Efeito. 9. Recorribilidade da decisão que resolve a impugnação. 10. Cumprimento provisório. 11. Execução de título extrajudicial por quantia certa contra executado solvente. 12. Penhora. 13. Depósito e depositário infiel. 14. Cumprimento ou execução da obrigação de entregar coisa certa ou incerta. 15. Cumprimento ou execução das obrigações de fazer ou não fazer e das tutelas inibitórias.
- 21 — DA EXECUÇÃO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO – II: 1. Execução para pagamento de prestações sucessivas. 2. Execução contra devedor concordatário. 3. Execução contra massa falida ou empresa em recuperação judicial. 4. Execução contra empresas em liquidação extrajudicial. 5. Embargos à execução. 6. Embargos do executado. 7. Embargos à penhora, à arrematação e à adjudicação. 8. Exceção ou objeção de pré-executividade 9. Embargos de terceiro. 10. Execução da contribuição previdenciária. 11. Execução e cumprimento de sentença contra pessoa jurídica de direito público. 12. Execução das multas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho. 13. Prescrição intercorrente. 14. Ato atentatório à dignidade da justiça e fraude à execução no Processo do Trabalho. 15. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 22 — DISSÍDIOS COLETIVOS: 1. Generalidades e Noção de Lide Coletiva. 2. Poder Normativo. 3. Distinções. 5. Condições da Ação. 6. Pressupostos Processuais. 7. Procedimento. 8. Acórdão Normativo. 9. Extensão e Revisão. 10. Ação de Cumprimento. 11. Greve e Dissídio Coletivo.
- 23 — AÇÃO RESCISÓRIA: 1. Generalidades. 2. Características no Processo do Trabalho. 3. Pressupostos Processuais e Condições de Ação. 4. Casos de Cabimento. 5. Procedimento.
- 24 — OUTROS PROCEDIMENTOS: 1. Inquérito Judicial para Apuração de Falta Grave. 1.1. Noção de Estabilidade e de Falta Grave. 1.2. Suspensão Prévia e Prazos. 1.3. Procedimentos. 1.4. Sentenças Possíveis. 2. Ação Monitoria. 2.1. Título Executivo. 2.2. Compatibilidade. 2.3. Requisitos. 2.4. Procedimentos. 2.5. Aplicabilidade no Processo do Trabalho.

OBJETIVO GERAL

O estudante deve estar apto a definir em termos disciplinares os aspectos relevantes do Direito Processual do Trabalho. Também assim, voltado à dogmática crítica, estar habilitado à aplicação dos preceitos jurídicos com vistas à concretização de Direitos Trabalhistas Fundamentais por meio dos institutos processuais examinados.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Municiar o estudante para a prática forense trabalhista com método, dispondo de todos os instrumentos para atuação proba na representação dos jurisdicionados.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

FORMAS DE AVALIAÇÃO

Provas dissertativas. Seminários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

GIGLIO, Wagner D. Direito processual do trabalho. 7a. ed., rev., amp. e adapt. à Constituição Federal de 1988. São Paulo: LTr, 1993.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Curso de direito processual do trabalho**. 3 v. São Paulo: LTr, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

NASCIMENTO, Amaury Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. 17a. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1997.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. SOUZA, Tércio Roberto Peixoto. **Curso de direito processual do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho** – 18ª ed. De acordo com o novo CPC, Reforma Trabalhista Lei 13.467/17 e a IN 41/2018 do TST. Salvador: Juspodivm, 2022.

SILVA, Homero Batista Mateus e. **Curso de Direito do Trabalho aplicado. Volume 4 – Processo do Trabalho**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. A prova no processo do trabalho. 6a. ed. São Paulo: LTr, 1994.

_____. A sentença no processo do trabalho. São Paulo: LTr, 1994.

_____. Ação rescisória no processo do trabalho. 2a. ed. São Paulo: LTr, 1994.

_____. As ações cautelares no processo do trabalho. 3a. ed. revista. São Paulo: LTr, 1996.

_____. Execução no processo do trabalho. 8a. ed. atual. São Paulo: LTr, 1995.

_____. Liquidação de sentença no processo do trabalho. 4a. ed. atual. São Paulo: LTr, 1994.

_____. Litisconsórcio, assistência e intervenção de terceiros no processo do trabalho . 3a. ed. atual. São Paulo: LTr, 1995.

_____. Mandando de segurança na justiça do trabalho. 2a. ed., atual. e ampl. São Paulo: LTr, 1994.

_____. Petição inicial e resposta do réu. São Paulo: LTr, 1996.

_____. Sistema dos recursos trabalhistas. 13a. ed. atual. São Paulo: LTr, 2017.



Documento assinado eletronicamente por **NOA PIATA BASSFELD GNATA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/04/2022, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS WACHOWICZ, CHEF DEPTO DIREITO PRIVADO**, em 09/05/2022, às 10:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **4407803** e o código CRC **AEBC36F4**.